

Editorial Fascículo – Janeiro/Abril de 2026

Prezado(a) leitor(a),

É com satisfação que apresentamos nossa primeira edição de 2026, que reúne investigações essenciais sobre governança e transparência nos setores público e privado, consolidando debates sobre a eficiência da informação contábil. Esta edição aborda desde a divulgação de ativos intangíveis no setor farmacêutico e o papel do compliance na mitigação de riscos, até a influência do tom linguístico na acurácia das previsões de analistas financeiros. No âmbito público, os estudos lançam luz sobre os determinantes dos gastos no Judiciário, a maturidade da gestão nos municípios paranaenses e os desafios da execução orçamentária em São Paulo. Convidamos a comunidade acadêmica a explorar estas pesquisas que, fundamentadas em rigor metodológico, buscam reduzir assimetrias e promover o fortalecimento das instituições brasileiras.

Na seção de Gestão e Contabilidade de Empresas Privadas & do Terceiro Setor desta primeira edição de 2026, apresentamos o artigo “**Divulgação dos Principais Indicadores-Chave sobre Ativos Intangíveis no Setor Farmacêutico**”, de Jorge Marcelino Nunes Junior e Ricardo Luiz Menezes da Silva. O estudo investigou quais KPIs são efetivamente divulgados por empresas do setor farmacêutico para comunicar ativos intangíveis gerados internamente e mostrou que as divulgações concentram-se majoritariamente em indicadores financeiros, sobretudo CAPEX, OPEX e EBIT.

No segundo artigo, “**O Trinômio Compliance Contábil, Riscos de Distorção, Informações Contábeis: uma RSL e Agenda de Pesquisa**”, os autores Clébia Ciupak e Ariel Behr conduziram uma revisão sistemática da literatura para analisar as práticas de *compliance* contábil para gerenciar riscos no processo de elaboração das Demonstrações Contábeis. A pesquisa resultou na construção de um *framework* de práticas de *compliance* contábil que podem ser usadas pelas organizações para gerenciamento de riscos de distorção nas informações contábeis.

Já o terceiro artigo da seção, intitulado “**Aspectos da Linguagem do Relatório dos Analistas Financeiros: Enfoque na Relação Entre a Acurácia e as Características que Compõem o Tom Linguístico da Comunalidade**” de Taciane Yasmin Cruz Ribeiro, Luiz Henrique Tavares Miranda Omena, André Machado e Paula Carolina Ciampaglia Nardi analisou a relação entre o erro das previsões de lucro dos analistas financeiros e os tons linguísticos que compõem seus relatórios, considerando empresas do Brasil e EUA. Os achados indicam que o impacto da linguagem corporativa sobre a acurácia dos analistas depende do contexto cultural e institucional no qual a informação é produzida e interpretada.

Na Seção de Contabilidade Pública, o quarto artigo “**Determinantes dos Gastos da Justiça Estadual Brasileira: Evidências Empíricas de Fatores Internos e Externos**” de José Márcio Gomes Pereira e João Eudes Bezerra Filho, identifica os principais determinantes do gasto per capita da Justiça Estadual brasileira e sua composição entre 2015 e 2021. Os resultados apontam que os gastos são predominantemente influenciados pela capacidade fiscal do Estado e pela rigidez da estrutura de pessoal, revelando uma estrutura burocrática pouco adaptável às pressões ambientais, cujas despesas fixas não respondem às variações na demanda por serviços judiciais.

O quinto artigo, “**Maturidade Da Governança Pública Nos Municípios Paranaenses A Partir de Índices Nacionais Brasileiros**”, de Janiel de Oliveira Ferreira e Gilmar Ribeiro de Mello buscou verificar a maturidade da Governança Pública nos municípios paranaenses a partir de alguns índices de gestão. Como resultados, verificaram que 71,68% dos municípios estão no estágio intermediário de maturidade da Governança Pública e 28,32% estão no estágio aprimorado.

Finalmente, o último artigo, de Raphael Guilherme Araujo Torrezan, Victor Trottmann Corrêa e Iasmin Milani dos Santos, denominado “**Planejamento versus Execução: Evidências sobre Gestão Orçamentária em Municípios Paulistas (2014–2023)**”, buscou analisar a coerência entre planejamento e execução orçamentária em 644 municípios paulistas entre 2014 e 2023, a partir de indicadores desagregados da dimensão I-Plan do IEGM. Os autores examinaram três dimensões: (i) alterações orçamentárias no exercício; (ii) correspondência entre metas físicas e entregas; e (iii) confronto entre resultados físicos e recursos financeiros; e observaram, de modo geral, baixa aderência entre planejamento e execução.

Os artigos apresentados nesta edição evidenciam que a qualidade da informação contábil permanece como o eixo central para uma governança robusta, independentemente da natureza da organização. As evidências reforçam que fatores como o contexto cultural, a rigidez burocrática e a falta de aderência entre planejamento e execução orçamentária ainda impõem desafios significativos à transparência e à eficiência. Esperamos que estas reflexões colaborem para o avanço das políticas de controle e inspirem novas agendas de pesquisa voltadas ao desenvolvimento técnico e social. Agradecemos aos autores e avaliadores por manterem a excelência científica deste periódico e desejamos a todos uma leitura produtiva e transformadora.

Os editores,

Jorge Katsumi Niyama

Jomar Miranda Rodrigues